

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 43 3 0002129 7
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 25 de abril de 2023, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2022.
Porto Alegre, 13 de abril de 2023
Luciano Adures de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

COMPANHIA FECHADA

CNPJ/MF n.º 94.845.674/0001-30 NIRE n.º 43-3-0000283 7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente, ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A ("Companhia"), que se realizará no dia 25 de abril de 2023, às 11 horas, na modalidade **exclusivamente digital**, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, situada na Rua Engenheiro Heitor Amaro Barcellos, n.º 551, na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para deliberar sobre a seguinte Ordem do dia: 1-Exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2-Deliberação sobre o orçamento de capital da Companhia; 3-Destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo a deliberação acerca da distribuição de dividendos a serem pagos pela Companhia, e; 4-Fixação do montante de remuneração global anual para os administradores da Companhia. **Participação na Assembleia:** a Assembleia acontecerá de forma exclusivamente digital, mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações. Todas as orientações necessárias para acesso, participação, e votação à distância estarão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.refinariograndense.com.br/uploads/demonstrativo_arquivo/20230405025747/Edital_Convocacao_AGO_2023.pdf Os Acionistas, para participarem da presente Assembleia, deverão apresentar extrato emitido em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76, os Acionistas poderão ser representados na Assembleia por um procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através do e-mail elisa.gayer@refinariograndense.com.br, até às 11 horas do dia 20 de abril de 2023, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Rio Grande, 14 de abril de 2023. **ARLINDO MOREIRA FILHO** Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., Indústria Metalúrgica

CNPJ. Nº 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607 – Farroupilha – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 24 de abril de 2023, às 15h00min (quinze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **4.** Eleição do Conselho Fiscal; e, **II - EM AGE: 1.** Ampliação do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e, **2.** Consequente alteração do artigo 3º do estatuto social. Farroupilha, RS, em 13 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S.A., Ind. Metal.

CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 24 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; e, **3.** Fixar os honorários da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; e, **II - EM AGE: 1.** Alteração do endereço da Filial 02 (Centro Logístico); **2.** Criação da Filial 04 (Organizadores); e, **3.** Consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social.

Garibaldi, RS, em 13 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA

CNPJ/MF nº: 93.015.006/0001-13 | NIRE: 43.300.016.030

AVISO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na Sede Social da Companhia, localizada na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1000, 4º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 14 de abril de 2023.

Claudio Zaffari
Diretor Superintendente**Ivo José Zaffari**
Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.
 CNPJ/ME Nº 37.070.559/0001-06 - NIRE 43.300.064.743

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A. Ficam convocados os Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da IP Sul Concessionária de Iluminação Pública S.A., sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Doutor João Inácio, nº 1130, CEP 90.230-181, Navegantes, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 37.070.559/0001-06 e na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCISRS") sob o NIRE nº 43.300.064.743 ("Emissora"), a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, Sala 1401, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma do seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em primeira convocação, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de abril de 2023 às 10h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma *Microsoft Teams*, conforme Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), nos termos deste edital, conforme cláusula 8.1. da Escritura de Emissão, celebrada em 27 de janeiro de 2022, para deliberar sobre: a) A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures pelo não atingimento pela Emissora do índice de cobertura da dívida ("ICSD") mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Concessão de waiver para a não observância do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) a serem apurados trimestralmente em 2023; e c) Autorização ao Agente Fiduciário e Emissora para que pratiquem todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do aditamento à Escritura de Emissão e de quaisquer outros documentos que sejam necessários para fazer frente às deliberações. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença Debenturistas que representem, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma)** das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com **qualquer número** das Debêntures em Circulação, conforme cláusula 8.3.1. da Escritura de Emissão. As deliberações serão tomadas em primeira convocação por Debenturistas que representem, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma)** das Debêntures em Circulação ou em segunda convocação pela maioria dos Debenturistas presentes, desde que representem, no mínimo, **25% (vinte e cinco por cento)** das Debêntures em Circulação, conforme cláusulas da Escritura de Emissão a seguir: 5.5, em relação à ordem do dia (a); conforme cláusula 8.4.3, em relação à ordem do dia (b) e conforme cláusula 8.4.1 em relação à ordem do dia (c). A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora e/ou Agente Fiduciário àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para raimundodantas@ipsulpoa.com.br / juan.camatti@stesa.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortex.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. O Agente Fiduciário disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto a distância em sua página eletrônica (www.simplificpavarini.com.br). A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de Debenturista ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Porto Alegre, 14 de março de 2023.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO **Google play**

DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 25 de abril de 2023, às 09h00min (nove horas), na sede da Companhia sita na Rodovia BR-470/RS, Km 230, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, **4.** Eleição do Conselho Fiscal. **II - EM AGE: 1.** Alteração do endereço da filial 02 em Rio Claro, SP; **2.** Alteração do prazo do mandato da Diretoria; e, **3.** Consequentes alterações dos artigos 2º e 16 do Estatuto Social. Carlos Barbosa, RS, em 14 de abril de 2023.
Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Reflorestadores Unidos S/A
 CNPJ 88.647.896/0001-46 - NIRE 43 3 0002032 1
Assembleia Geral Ordinária - Convocação. Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 26 de abril de 2023, na sede da empresa, na RS 020, Km 135, Fazenda Espírito Santo, município de Cambará do Sul, RS, CEP 95482-000, às 09:00 horas, para tratar da seguinte ordem do dia: a) **Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; 3. Fixar a remuneração global dos administradores. Cambará do Sul - RS, 13 de abril de 2023. Miguel Ângelo Letti - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Construtora Sultepa S/A

Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33 / NIRE 43300002357

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Construtora Sultepa S/A - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (a "Assembleia"), a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 08h30min, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91060-410, em Porto Alegre/RS, para examinarem, discutirem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) a proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022; (iii) a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; e (iv) a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** Em virtude de a Companhia estar com a negociação de ações na bolsa de valores suspensa, não será possível que o acionista exerça seu direito de voto por meio do sistema de boletim de voto a distância. Para fins de melhor organização, os administradores recomendam aos acionistas que queiram participar da Assembleia, que depositem na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de realização da Assembleia, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Porto Alegre/RS, 17 de abril de 2023. **Pompílio Vieira Loguércio - Presidente do Conselho de Administração.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



GRUPO K1 S/A

CNPJ 00.912.882/0001-61

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Tupandi, 29 de março de 2023.

A Administração.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	63.280	45.704	64.379	56.053	Fornecedores	48.773	44.328	49.321	43.020
Contas a receber de clientes	100.695	100.829	102.412	104.740	Empréstimos e financiamentos	73.703	91.043	73.744	95.794
Estoques	81.806	73.251	84.190	87.718	Impostos e contribuições a recolher	12.693	14.284	12.930	16.957
Impostos a recuperar	21.000	26.311	21.039	27.285	Salários a pagar	4.136	2.778	4.283	3.241
Despesas antecipadas	1.544	631	1.544	678	Provisão de férias e encargos	6.890	3.751	7.006	4.667
Outros créditos	9.142	4.392	9.214	4.899	Partes relacionadas	7.829	31.014	7.829	11.192
	277.467	251.118	282.778	281.373	Outras contas a pagar	32.789	42.111	33.290	49.164
						186.813	229.289	188.403	224.035
Não circulante					Não circulante				
Partes relacionadas	12.350	6.763	982	4.570	Empréstimos e financiamentos	217.757	152.580	217.761	156.406
IRPJ e CSLL diferidos	11.162	435	12.921	4.003	Impostos e contribuições a recolher	10.949	13.472	10.949	13.992
Outros créditos	636	653	636	928	IRPJ e CSLL diferidos	53.416	49.232	53.488	53.961
	24.148	7.851	14.539	9.501	Provisões para garantias	156	135	157	173
Propriedades para investimentos	12.577	12.717	12.577	12.717	Provisões para contingências	2.202	1.582	2.202	9.468
Investimentos	2.360	60.332	51	6.541	Outras contas a pagar	5.000	6.000	6.248	7.415
Imobilizado	317.393	286.603	326.920	321.318		289.480	223.001	290.805	241.415
Intangível	6.119	552	6.119	916	Patrimônio líquido				
	338.449	360.204	345.667	341.492	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores				
Total não circulante	362.597	368.055	360.206	350.993	Capital social	60.015	60.015	60.015	60.015
Total do ativo	640.064	619.173	642.984	632.366	Ajustes de avaliação patrimonial	27.710	23.530	27.710	23.530
					Reserva de lucros	76.046	83.338	76.046	83.338
						163.771	166.883	163.771	166.883
					Partimônio líquido atribuídos aos acionistas não controladores	-	-	5	33
					Total do patrimônio líquido	163.771	166.883	163.776	166.916
					Total do passivo e do patrimônio líquido	640.064	619.173	642.984	632.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado individual e consolidado Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	520.043	542.483	548.162	592.611
(-) Custo dos produtos vendidos	(363.097)	(343.438)	(382.296)	(371.659)
(=) Lucro bruto	156.946	199.045	165.866	220.952
Despesas comerciais	(83.631)	(76.410)	(87.735)	(84.382)
Despesas gerais e administrativas	(49.778)	(40.963)	(55.300)	(47.381)
Despesas com Marketing	(7.445)	(4.535)	(7.880)	(4.598)
Despesas tributárias	(1.329)	(736)	(1.451)	(1.179)
Outras receitas (despesas) operacionais	14.584	35.500	14.864	34.851
Resultado de equivalência patrimonial	(503)	4.555	-	-
(+/-) Despesas/receitas operacionais	(128.102)	(83.039)	(137.502)	(102.689)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	28.844	116.006	28.364	118.263
Receitas financeiras	15.106	37.519	15.976	39.817
Despesas financeiras	(56.063)	(38.829)	(56.842)	(40.677)
(=) Resultado financeiro líquido	(40.957)	(1.310)	(40.866)	(860)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(12.113)	114.696	(12.502)	117.403
(-) Imposto de renda e contribuição social	-	(22.866)	(495)	(26.376)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.078	(13.528)	9.960	(12.723)
(=) Lucro (prejuízo) do exercício	(3.035)	78.302	(3.037)	78.304
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível a:				
Acionista controlador	(3.035)	78.302	(3.035)	78.302
Acionista não controlador	-	-	(2)	2
(=) Lucro (Prejuízo) do exercício	(3.035)	78.302	(3.037)	78.304
Lucro (prejuízo) por ação	(0,05)	1,30	(0,05)	1,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.035)	78.302	(3.037)	78.304
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de avaliação patrimonial	4.180	(1.593)	4.180	(1.593)
Resultado abrangente para o exercício líquido de impostos	1.145	76.709	1.143	76.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Saldo em 31/12/2020	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total Controladora	Participação dos Acionistas minoritários	Total Consolidado
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a Destinar				
	60.015	26.146	1.845	58.110	-	146.116	31	146.147
Realização por baixa de bens	-	(2.616)	-	1.023	-	(1.593)	-	(1.593)
(-) Distribuição de dividendos	-	-	-	(37.437)	-	(37.437)	-	(37.437)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	78.302	78.302	2	78.304
(-) Constituição de reservas	-	-	3.896	55.514	(59.797)	-	-	-
(-) Dividendos propostos	-	-	-	-	(18.505)	(18.505)	-	(18.505)
Saldo em 31/12/2021	60.015	23.530	5.741	387	77.210	166.883	33	166.916
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(3.035)	(3.035)	(2)	(3.037)
(-) Constituição de reservas	-	-	-	1.357	(1.357)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.180	-	(4.257)	-	(77)	-	(77)
Incorporação de controladas	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Saldo em 31/12/2022	60.015	27.710	5.741	1.744	68.561	163.771	5	163.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Grupo K1 S/A é uma sociedade anônima, com sede na Cidade de Tupandi, no Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 200 mil m² e aproximadamente 1.800 colaboradores. A Grupo K1 S/A tem por objetivo explorar isoladamente ou cumulativamente as atividades de indústria, comércio e exportação de móveis; importação de produtos, matéria-prima e móveis; indústrias de móveis de metal e utensílios domésticos. A Móveis K1 Ltda. era uma empresa de responsabilidade limitada organizada segundo a legislação brasileira, porém em 11 de maio de 2020, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima e teve sua denominação social alterada para "Grupo K1 S/A".

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com atendimento à Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos ainda que as práticas contábeis consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada. As demonstrações financeiras do Grupo K1 S/A foram aprovadas em reunião de diretoria realizada em 29 de março de 2023. **a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e, integralmente, das controladas K1 Colchões Ltda., Grupo K1 Nordeste S/A, e BTZ Indústria e Comércio de Móveis Ltda. em 2021 e em 2022 até a data das suas incorporações, conforme nota explicativa nº 11b. **b) Critérios de Consolidação:** No processo de consolidação os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e destacadas as parcelas de lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas/quotistas minoritários.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **a) Critérios de apuração das receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para contingências, provisão para perdas sobre créditos e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo foram submetidos aos ajustes para reconhecimento do valor presente. O mesmo tratamento foi aplicado aos itens de curto prazo, naqueles casos em que os efeitos apurados foram considerados relevantes. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo. Os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em valores de caixa, são considerados como equivalente de caixa. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos de curto prazo. **e) Contas a receber de clientes:** Os valores a receber são registrados e mantidos

no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2022 correspondia, em média, 1,35% a.m. **f) Estoques:** Os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de produção. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, materiais de embalagem e materiais de consumo, estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **g) Provisão para perdas de créditos esperadas:** A provisão para perdas de créditos esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na recuperação dos créditos. **h) Investimentos:** Os investimentos nos quais a companhia possui influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. **i) Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil de cada bem, estimada pela Administração. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo a legislação fiscal, sendo 15% para o IRPJ, mais o adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação e 9% para a contribuição social. **k) Conversões de operações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da companhia é o real (R\$). Transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os direitos e obrigações em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de fechamento. Os ganhos e perdas de variações cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado. **l) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **m) Fornecedores:** Os valores a pagar são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa estimada de juros das compras a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa em 31 de dezembro de 2022 correspondia, em média, 1,35% a.m. **n) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. **o) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado do exercício antes dos impostos	(12.113)	114.696	(12.502)	117.403
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	14.622	14.505	15.709	15.159
Resultado de equivalência patrimonial	503	(4.555)	-	-
Resultado atribuído a não controladores	-	-	2	-
Impostos diferidos	9.078	(13.528)	9.960	(12.723)
	12.090	111.118	13.169	119.839
(Aumento) redução em ativos				
Contas a receber de clientes	134	(10.085)	2.328	(3.565)
Estoques	(8.555)	(13.652)	3.528	(16.742)
Impostos a recuperar	5.311	(25.293)	6.246	(24.493)
Despesas Antecipadas	(913)	(205)	(866)	(242)
IRPJ e CSLL diferidos	(10.727)	9.920	(8.918)	6.352
Outros créditos	(4.733)	(1.534)	(4.023)	(208)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	4.445	(14.709)	6.301	(20.109)
Impostos e contribuições a recolher	(4.094)	(10.013)	(7.070)	(10.101)
Salários a pagar	1.358	(1.019)	1.042	(876)
Provisão de férias e encargos	3.139	(2.145)	2.339	(1.727)
IRPJ e CSLL diferidos	4.184	2.260	(473)	6.989
Provisões para garantias	21	(142)	(16)	(104)
Provisões para contingências	620	174	(7.266)	8.060
Outras contas a pagar	(10.322)	20.421	(17.041)	27.155
	(8.042)	65.096	(10.720)	90.228
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(22.866)	(495)	(26.376)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(8.042)	42.230	(11.215)	63.852
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos com partes relacionadas	(28.772)	34.667	225	26.033
(Aquisições) baixas de investimentos	57.609	(30.306)	6.630	(7.591)
Patrimônio líquido atribuído a não controladores	-	-	(28)	-
Aquisições de imobilizado	(45.412)	(15.425)	(21.311)	(47.779)
Aquisições de intangível - Ágio	(5.567)	-	(5.203)	(364)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(22.142)	(13.794)	(19.687)	(29.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Outras destinações do patrimônio líquido	(77)	(1.593)	(77)	(1.593)
Distribuição de dividendos	-	(55.942)	-	(55.942)
Captação de empréstimos	47.837	58.163	39	

PUBLICIDADE LEGAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. - CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 14hs30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b)** deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(c)** Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; **(d)** Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. Informamos que a presença na reunião também poderá ser virtual, através do ID: <https://zoom.us/j/4785300928>. Porto Alegre, RS, 17 de abril de 2023. **Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S.A.
Em Recuperação Judicial
CNPJ 87.951.448/0001-79 - NIRE 43 3 0003988 9
Assembleia Geral Ordinária - Edital de convocação
São convidados os senhores acionistas da TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S.A. (em recuperação judicial), a se reunirem na sede social da companhia à Rua Prof. Guilherme Enrique Dawson, 350 - Bairro Zona Portuária - Rio Grande/RS - CEP 96.204-400, às 14 horas do dia 28 de abril de 2023 a fim de tratar da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022; b) Outros assuntos correlatos e de interesse da sociedade. Rio Grande, 17 de abril de 2023.
Denise Maria Vietti Bitencourt Fraccaro - Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S. A., IND. METALÚRGICA

CNPJ nº 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621 – Canoas – RS.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA, DE 27/04/2023, ÀS 14h00min. E ÀS 15h00min, RESPECTIVAMENTE

Ficam os acionistas de Forjasul Canoas S/A Indústria Metalúrgica, com sede na Rua Tupi, 200, Bairro Igara, em Canoas/RS, CEP 92.410-310, **CONVOCADOS** para, em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que ocorrerá no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 hrs, na sede social da Companhia, deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA 1)** Alterar o Artigo 15 do Estatuto Social para o fim de alterar a periodicidade das reuniões do Conselho Administração de mensal para trimestral, ficando o texto consolidado da seguinte forma: "Artigo 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente."; e, **2)** Alterar o artigo 21 do Estatuto Social para alterar o número de Membros do Conselho Fiscal de 3 para até 5 membros, de modo que o texto ficará consolidado da seguinte forma: "Artigo 21 - O Conselho Fiscal compor-se-á de mínimo três (3) e máximo cinco (5) Membros efetivos e; mínimo três (3) e máximo cinco (5) Suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição." A proposta da consolidação do estatuto social, com a alteração referida na ordem do dia supra, está à disposição dos acionistas, na sede da Companhia – art. 135, § 3º da Lei das S/A. E, em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, no mesmo local e dia 27/04/2023, às 15h00min., deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e, **3)** Eleger os membros do Conselho Fiscal. Canoas/RS, em 14 de abril de 2023.

Roberto João Manfroi – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TESB Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.
 CNPJ/ME 13.289.882/0001-07 - NIRE 4.330.005.852-2

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia 25 de abril de 2023, às 15h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meeting, para analisar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia:

I - Em Assembleia Geral Ordinária: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b. Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; d. Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores e dos conselheiros fiscais, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Estatuto Social da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Aprovação da alteração da cláusula 5ª do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com emissão de novas ações correspondente ao aumento; b. Rerretificar a remuneração global paga para os membros da Administração e do Conselho Fiscal da Companhia no período de maio de 2022 a abril de 2023. **Informações Gerais:**

1. Poderão participar das Assembleias os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) **pessoa física** - documento de identificação com foto; (ii) **pessoa jurídica** - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastro prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas Assembleias; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. A Companhia aceitará cópias simples de procurações outorgadas no Brasil sem reconhecimento de firma em cartório e serão aceitas, em caráter excepcional, procurações eletrônicas assinadas digitalmente observadas as condições acima. 4. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023
André Luiz Gomes da Silva - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

BALDO S/A: Comércio, Indústria e Exportação
 CNPJ nº 91.473.678/0001-47 • Nire nº 43300013600
 Convocação: Assembleia Geral Ordinária;
 Convocamos os Senhores Acionistas da Baldo S/A
 Comércio, Indústria e Exportação, com sede em Encantado/RS, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Rua Heitor Alexandre Peretti 385, Encantado, RS, 95960-000, às 10:00 horas de 29/04/2023, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre/RS em edição de 28/02/2023, págs. 21 e 22 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet – <https://jornaldocomercio.com/edicao-impressa/10484/28022023.html>; 2) Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; 3) Eleição da Diretoria; 4) Fixação da remuneração dos diretores. Encantado, RS, 17/04/2023. **Árlando Plácido Baldo** - Diretor Presidente **Ascol**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br


✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

TANAGRO S.A.		RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					Demonstração do Fluxo de Caixa - (Em milhares de reais - R\$)							
 TANAGRO S.A. CNPJ 09.387.864/0001-11 NIRE 43 3 000025 7		Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos desejados.					legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos desejados.							
Balço Patrimonial 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais - R\$)						Demonstração do Resultado - (Em milhares de reais - R\$)								
ATIVO			PASSIVO			Receita líquida das vendas			Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Circulante			Circulante			Ativos biológicos			Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro					
Caixa e equivalentes de caixa			Fornecedores			Custos dos produtos vendidos			Ajustes p/ conciliar o result.às disponibilidades geradas					
4			10			8			NE 31/12/2022			31/12/2021		
5			11			(139.514)			26.507			23.675		
6			12			20.305			-			-		
7			13			-			-			-		
8			14			-			-			-		
9			15			-			-			-		
10			16			-			-			-		
11			17			-			-			-		
12			18			-			-			-		
13			19			-			-			-		
14			20			-			-			-		
15			21			-			-			-		
16			22			-			-			-		
17			23			-			-			-		
18			24			-			-			-		
19			25			-			-			-		
20			26			-			-			-		
21			27			-			-			-		
22			28			-			-			-		
23			29			-			-			-		
24			30			-			-			-		
25			31			-			-			-		
26			32			-			-			-		
27			33			-			-			-		
28			34			-			-			-		
29			35			-			-			-		
30			36			-			-			-		
31			37			-			-			-		
32			38			-			-			-		
33			39			-			-			-		
34			40			-			-			-		
35			41			-			-			-		
36			42			-			-			-		
37			43			-			-			-		
38			44			-			-			-		
39			45			-			-			-		
40			46			-			-			-		
41			47			-			-			-		
42			48			-			-			-		
43			49			-			-			-		
44			50			-			-			-		
45			51			-			-			-		
46			52			-			-			-		
47			53			-			-			-		
48			54			-			-			-		
49			55			-			-			-		
50			56			-			-			-		
51			57			-			-			-		
52			58			-			-			-		
53			59			-			-			-		
54			60			-			-			-		
55			61			-			-			-		
56			62			-			-			-		
57			63			-			-			-		
58			64			-			-			-		
59			65			-			-			-		
60			66			-			-			-		
61			67			-			-			-		
62			68			-			-			-		
63			69			-			-			-		
64			70			-			-			-		
65			71			-			-			-		
66			72			-			-			-		
67			73			-			-			-		
68			74			-			-			-		
69			75			-			-			-		
70			76			-			-			-		
71			77			-			-			-		
72			78			-			-			-		
73			79			-			-			-		
74			80			-			-			-		
75			81			-			-			-		
76			82			-			-			-		
77			83			-			-			-		
78			84			-			-			-		
79			85			-			-			-		
80			86			-			-			-		
81			87			-			-			-		
82			88			-			-			-		
83			89			-			-			-		
84			90			-			-			-		
85			91			-			-			-		
86			92			-			-			-		
87			93			-			-			-		
88			94			-			-			-		
89			95			-			-			-		
90			96			-			-			-		
91			97			-			-			-		
92			98			-			-			-		
93			99			-			-			-		
94			100			-			-			-		
95			101			-			-			-		
96			102			-			-			-		
97			103			-			-			-		
98			104			-			-			-		
99			105			-			-			-		
100			106			-			-			-		
101			107			-			-			-		
102			108			-			-			-		
103			109			-			-			-		
104			110			-			-			-		
105			111			-			-			-		
106			112			-			-			-		
107			113			-			-			-		
108			114			-			-			-		
109			115			-			-			-		
110			116			-			-			-		
111			117			-			-			-		
112			118			-			-			-		
113			119			-			-			-		
114			120			-			-			-		
115			121			-			-			-		
116			122			-			-			-		
117			123			-			-			-		
118			124			-			-			-		
119			125			-			-			-		
120			126			-			-			-		
121			127			-			-			-		
122			128			-			-			-		
123			129			-			-			-		
124			130			-			-			-		
125			131			-			-			-		
126			132			-			-			-		
127			133			-			-			-		
128			134			-			-			-		
129			135			-			-			-		
130			136			-			-			-		
131			137			-			-			-		
132			138			-			-			-		
133			139			-			-			-		
134			140			-			-			-		
135			141			-			-			-		
136			142			-			-			-		
137			143			-			-			-		
138			144			-			-			-		
139			145			-			-			-		
140			146			-			-			-		
141			147			-			-			-		
142			148			-			-			-		
143			149			-			-			-		
144			150			-			-			-		
145			151			-			-			-		
146			152			-			-			-		
147			153			-			-			-		
148			154			-			-			-		
149			155			-			-			-		
150			156			-			-			-		
151			157			-			-			-		
152			158			-			-			-		
153			159			-			-			-		
154			160			-			-			-		
155			161			-			-			-		
156			162			-			-			-		
157			163			-			-			-		
158			164			-			-			-		
159			165			-			-			-		
160			166			-			-			-		
161			167			-			-			-		
162			168			-			-			-		
163			169			-			-			-		
164			170			-			-			-		
165			171			-			-			-		
166			172			-			-			-		
167			173			-			-			-		
168			174			-			-			-		
169			175			-			-			-		
170			176			-			-			-		
171			177			-			-			-		
172			178			-			-			-		
173			179			-			-			-		
174			180			-			-			-		
175			181			-			-			-		
176			182			-			-			-		
177			183			-			-			-		
178			184			-			-			-		
179			185			-			-			-		
180			186			-			-			-		
181			187			-			-			-		
182			188			-			-			-		
183			189			-			-			-		
184			190			-			-			-		
185			191			-			-			-		
186			192			-			-			-		
187			193			-			-			-		
188			194			-			-			-		
189			195			-			-			-		
190			196			-			-			-		
191			197			-			-			-		
192			198			-			-			-		
193			199			-			-			-		
194			200			-			-			-		
195			201			-			-			-		
196			202			-			-			-		
197			203			-			-			-		
198			204			-			-			-		
199			205			-			-			-		
200			206			-			-			-		
201			207			-			-			-		
202			208			-			-			-		
203			209			-			-			-		
204			210			-			-			-		
205			211			-			-			-		
206			212			-			-			-		

TANAGRO S.A.		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais - R\$)	
<p>c) Ajustes de avaliação patrimonial: A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da realização ou alienação dos bens a que elas se referem. d) Dividendos: O estatuto social da Companhia assegura dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do período. No exercício de 2022 representou R\$4.493 (R\$3.909 no exercício de 2021). No dia 20 de abril de 2022, em assembleia geral extraordinária, os acionistas renunciaram ao direito de receber dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2021.</p>			
16. Receita líquida de vendas	31/12/2022	31/12/2021	
Receita bruta	166.039	128.480	
Menos:			
Impostos e devoluções de vendas	(6.740)	(5.994)	
Total da receita líquida	159.299	122.486	
17. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021	
Despesas financeiras:			
Juros sobre financiamentos	(3.485)	(4.557)	
Varição cambial	(2.172)	(1.130)	
Outras despesas financeiras	(18.327)	(11.897)	
Receitas financeiras:			
Rendimentos de aplicações financeiras	49	308	
Varição cambial	22.503	5.572	
Outras receitas financeiras	11	11	
	22.563	5.891	
Resultado financeiro	4.236	(6.006)	
<p>18. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a entidade controladora realizadas com base em preços e condições específicas negociadas entre as partes.</p>			
Tanac S.A.:	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo (Nota Explicativa nº 5)	14.191	10.580	
Passivo	16	-	
Vendas	(161.619)	124.664	
Compras	(32)	33	

19. **Gerenciamento de risco financeiro:** Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **Estrutura do gerenciamento de risco:** a) *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. b) *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação. c) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. d) *Risco de moeda:* **Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira:** A Companhia possui exposição a variação de moeda estrangeira decorrente de financiamento. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real (R\$) e o Euro (€) sobre este saldo em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio atinge R\$3.603 (R\$4.159 em 31 de dezembro de 2021), e representa uma receita se ocorrer uma valorização do Real (R\$) frente ao Euro (€) ou uma despesa no caso de uma desvalorização do Real (R\$) frente ao Euro (€). e) *Risco de taxa de juros:* **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros:** A Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seu financiamento. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 2 (dois) pontos percentuais nominais sobre este financiamento em aberto na data das demonstrações financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros atinge R\$1.441 (R\$1.653 em 31 de dezembro de 2021), impactando a conta de despesas financeiras na demonstração de resultado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos financiamentos, são apresentadas na Nota Explicativa nº 11, e são principalmente compostas por TLP e Euribor. f) *Risco operacional:* Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação, buscar eficácia de custos bem como evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações. • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações. • Cumprimento com exigências regulatórias e legais. • Documentação de controles e procedimentos. • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados. • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas. • Desenvolvimento de planos de contingência. • Treinamento e desenvolvimento profissional. • Padrões éticos e comerciais. • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **20. Contratos de seguros:** A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus estoques e bens do ativo imobilizado. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **21. Eventos subsequentes:** No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia, analisando suas decisões individuais transitadas em julgado, não identificou nenhum caso cujo entendimento do Supremo Tribunal Federal tenha sido modificado posteriormente, em controle de constitucionalidade.

Conselho de Administração		
Yuri Brancaglion Keiserman Presidente	Thomas Ostrand Rosén Vice-Presidente	Curt Erik Staffan Rosén Conselheiro
Luiz Fernando Martins Castro Conselheiro	Fernando Alberto Lopez Pascual Conselheiro	Eduardo Barretto Martins Conselheiro
Diretoria		Contador
João Carlos Ronchel Soares Diretor Presidente	Felipe Santos Holthausen Diretor Administrativo Financeiro	José Ricardo e Souza Contador - CRC RS-043955/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Diretoria e Acionistas da Tanagro S.A. - Montenegro - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Tanagro S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 18 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 31 de março de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-SP015199/F. ARTHUR RAMOS ARRUDA - Contador - CRC-RS096102/O-0

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



TANAC S.A.

CNPJ 91.359.711/0001-02 - NIRE 43 3 0000704 9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da TANAC S.A. ("TANAC" ou "Companhia") submete à sua apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício de 2022 e suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A TANAC: A TANAC é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 1948, na cidade de Montenegro/RS. A Companhia possui três unidades produtivas: (i) unidade de taninos, localizada junto à sede em Montenegro/RS, voltada à produção de taninos e seus derivados a partir da casca de acácia negra. Os produtos são destinados, essencialmente, à indústria coureira, tratamento sustentável de águas e efluentes e aditivos para a nutrição animal; (ii) unidade de cavacos de madeira, produzidos a partir da acácia negra e do eucalipto, destinados ao mercado de celulose. Esta unidade está situada na cidade de Rio Grande/RS; (iii) unidade de pellets de madeira, sendo a maior fábrica do hemisfério sul e a única do mundo a produzir pellets a partir da madeira de acácia negra, também localizada na cidade de Rio Grande/RS. Visando garantir a qualidade dos seus produtos e o compromisso com a sustentabilidade, a Companhia possui as certificações ISO 9001, ISO 14001, FSC® (FSC-C012089), HALAL, entre outras.

Desempenho Econômico-Financeiro: A Companhia obteve incremento de 14% na receita de vendas, líquida de impostos, atingindo montante de R\$ 765.468 mil (R\$ 672.550 mil em 2021), representando a maior receita líquida na história da TANAC. Por linhas de negócio, destacamos que os produtos madeira, cavacos e pellets, apresentaram um crescimento de 21% na receita líquida, enquanto o segmento de taninos apresentou estabilidade em relação ao ano anterior. Em relação ao cenário cambial, visto que a Companhia destina a maior parte de suas vendas ao mercado externo, após forte volatilidade ocorrida no exercício de 2021 com desvalorização de 7% do Real perante o Dólar, em 2022 ocorreram novas oscilações no câmbio, finalizando o ano com valorização de 7%. Esta valorização da moeda Real perante o Dólar contribuiu para reduzir a receita de exportações em 2022 e, por outro lado, beneficiou o resultado financeiro em virtude da atualização de ativos e passivos atrelados à moeda norte-americana. Outro ponto a destacar é a forte demanda por produtos florestais, o que tem exercido pressão nos preços das matérias primas, que são a base dos nossos segmentos de produtos. Com isto, a Companhia gerou EBITDA no valor de R\$ 169.503 mil no exercício (R\$ 191.852 mil em 2021). O indicador de giro da dívida líquida sobre EBITDA foi de 2,7x em 31 de dezembro de 2022 (2,6x em 31 de dezembro de 2021). A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, arrendamentos, instrumentos financeiros deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) apresentou redução de 6% no exercício, representando R\$ 465.619 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 496.092 mil em 31 de dezembro de 2021).

Agradecemos a todos que contribuíram com os resultados alcançados, aos nossos acionistas pela confiança e incentivo, aos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras pela parceria, e aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação em fazer da TANAC uma empresa responsável com o meio ambiente e com o futuro que desejamos oportunizar para a humanidade.

Montenegro, 31 de março de 2023.

A Administração.

Balancos Patrimoniais 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais - R\$)					
Ativos	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	78.291	202.791	78.842	214.303
Clientes	5	47.338	50.331	47.549	50.441
Estoques	6	138.080	136.435	196.462	186.445
Ativo biológico	10	-	-	15.252	9.938
Impostos a recuperar	7	17.968	5.091	28.260	5.192
Instrumentos financeiros	22	56.430	4.158	56.430	4.158
Despesas antecipadas		4.800	4.563	5.118	4.982
Outras contas a receber		26.419	22.904	22.903	19.640
Total do ativo circulante		369.326	426.273	450.816	495.099
Não circulante					
Partes Relacionadas		13.179	-	-	-
Impostos a recuperar	7	5.412	4.286	5.412	4.286
Impostos diferidos	14	24.025	45.300	19.693	40.615
Depósitos recursais		205	205	205	205
Outras contas a receber		4.871	-	4.872	-
Investimentos	8	213.629	191.947	79	64
Imobilizado	9	195.773	187.160	268.137	259.273
Ativo biológico	10	-	-	177.933	164.075
Direito de uso	11	18.053	15.820	41.051	36.211
Adiantamento a agricultores		10.282	4.744	10.282	4.744
Intangível		2.155	1.443	2.155	1.443
Total do ativo não circulante		487.544	450.905	529.819	510.916
Total dos ativos		856.910	877.178	980.635	1.006.015
Passivos e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	12	83.557	70.389	102.658	89.483
Empréstimos e financiamentos	13	153.998	135.460	157.248	138.579
Salários e encargos sociais		12.156	9.434	17.152	14.024
Impostos e contribuições a recolher		3.911	2.077	6.045	3.021
Dividendos		9.466	6.860	9.466	6.860
Arrendamentos	15	9.716	13.636	13.768	16.647
Instrumentos financeiros	22	-	21.324	-	21.324
Outras obrigações		19.727	16.437	20.953	16.549
Total do passivo circulante		292.531	275.617	327.290	306.487
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	332.273	436.793	400.607	516.306
Arrendamentos	15	8.821	3.243	29.268	21.697
Outras obrigações		370	-	555	-
Total do passivo não circulante		341.464	440.036	430.430	538.003
Patrimônio líquido	17				
Capital social		111.600	111.600	111.600	111.600
Reservas de lucros		77.626	53.066	77.626	53.066
Outros resultados abrangentes		33.689	(3.141)	33.689	(3.141)
Total do patrimônio líquido		222.915	161.525	222.915	161.525
Total dos passivos e do patrimônio líquido		856.910	877.178	980.635	1.006.015

Demonstrações dos Resultados					
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais - R\$)					
	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida das vendas	18	761.581	669.192	765.468	672.550
Variação do valor justo ativos biológicos	10	-	-	520	19.175
Custos dos produtos vendidos		(610.652)	(477.587)	(590.460)	(467.960)
Lucro bruto		150.929	191.605	175.528	223.765
Recargas (despesas) operacionais					
Com vendas		(72.802)	(65.276)	(72.802)	(65.276)
Gerais e administrativas		(42.850)	(33.262)	(52.714)	(39.700)
Equivalência patrimonial	8	22.267	12.053	-	-
Outras receitas operacionais	20	32.368	6.344	44.198	6.723
Resultado financeiro	19	(144.760)	(136.396)	(162.907)	(148.270)
Despesas financeiras	19	92.283	77.853	114.666	83.721
Receitas financeiras		(52.477)	(58.543)	(48.241)	(64.549)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda		37.435	52.921	45.969	60.963
Contribuição social e IR correntes	14	133	(8.258)	(8.753)	(8.366)
Contribuição social e IR diferidos	14	(2.156)	(2.904)	(1.804)	(10.838)
Lucro (prejuízo) do exercício		35.412	41.759	35.412	41.759

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - (Em milhares de reais - R\$)					
	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício		35.412	41.759	35.412	41.759
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros		56.232	(22.941)	56.232	(22.941)
Imposto de renda sobre avaliação de instrumentos financeiros	14	(19.118)	7.800	(19.118)	7.800
Total do resultado abrangente		72.526	26.618	72.526	26.618

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - (Em milhares de reais - R\$)					
	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020		111.600	22.424	-	12.287
Lucro (prejuízo) do período		-	-	41.759	41.759
Realização do valor atribuído ao imobilizado	17	-	-	286	(286)
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros	17	-	-	(22.942)	(22.942)
Impostos s/av. de instrumentos financeiros	14	-	-	7.800	7.800
Constituição da reserva legal		-	2.088	(2.088)	-
Distribuição de dividendos	17	-	-	(4.983)	(4.983)
Juros s/ capital próprio	17	-	-	(6.420)	(6.420)
Reserva de investimento e capital de giro	17	-	28.554	(28.554)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		111.600	53.066	-	(3.141)
Lucro (prejuízo) do período		-	-	35.412	35.412
Realização do valor atribuído ao imobilizado	17	-	-	284	(284)
Ajuste de avaliação instrumentos financeiros	17	-	-	56.232	56.232
Impostos s/av. de instrumentos financeiros	14	-	-	(19.118)	(19.118)
Resultado abrangente		-	-	35.696	36.830
Constituição da reserva legal		-	1.771	(1.771)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	(8.853)	(8.853)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	(2.283)	(2.283)
Reserva de investimento e capital de giro	17	-	22.789	(22.789)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		111.600	77.626	-	33.689

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (Em milhares de reais - R\$)					
	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		37.435	52.921	45.969	60.963
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão	9 e 10	20.942	20.166	59.621	50.079
Deprec. do direito de uso de contratos de arrendamento	11	16.077	15.165	17.126	17.813
Provisão para riscos de créditos (PCLD)		(205)	-	(95)	-
Encargos sobre financiamentos		56.461	55.522	50.113	60.716
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros		(17.364)	(1.797)	(17.364)	(1.797)
Encargos financeiros de contratos de arrendamento	15	1.032	1.400	2.536	2.546
Resultado na venda/baixa de ativo imobilizado	9	(9.635)	(206)	(9.486)	(419)
Ajuste ao valor justo ativo biológico		-	-	(520)	(19.175)
Provisão para litígios	16	-	(26)	-	(186)
Provisão para risco de créditos	5	-	15	-	15
Provisão p/Perdas Estoques		-	-	1.617	-
Provisão para estoque material de reposição		-	-	(2.000)	-
Provisão perda floresta		-	-	1.870	-
Provisão ao valor de estoques realizável líquido	6	(1.949)	3.852	(1.949)	3.852
Equivalência patrimonial	8	(20.267)	(12.053)	(4.338)	-
		80.527	130.959	147.438	174.407
(Aumento) redução em ativos:					
Clientes	5	3.197	45.647	2.986	46.260
Estoques	6	305	(23.515)	(7.684)	(35.323)
Contas a receber de agricultores		(5.538)	-	(5.538)	-
Ativo biológico		-	-	(5.086)	(2.821)
No Impostos a recuperar	7	(14.003)	333	(24.194)	635
Partes Relacionadas		(13.179)	-	-	-
Outros ativos		(8.037)	(18.017)	(8.270)	(18.081)
Aumento (redução) em passivos:					
Fornecedores	12	8.140	(24.561)	2.967	(1.660)
Salários e encargos sociais		2.722	(7.700)	3.128	22
Impostos e contribuições a pagar		1.834	(3.374)	3.024	(2.786)
Outros passivos		3.660	(1.925)	4.958	(2.125)
Juros pagos		(51.775)	(34.176)	(54.785)	(38.762)
Contribuição social e imposto de renda pagos	14	133	(8.258)	(8.753)	(8.366)
Caixa líquido ger. pelas (usado nas) at. operacionais		7.986	66.413	50.191	111.400
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de investimentos		-	-	(15)	-
Aquisições de imobilizado	9	(30.317)	(14.100)	(33.864)	(22.030)
Aquisições de ativo biológico	10	-	-	(43.801)	(51.077)
Aquisições de intangível		(760)	(1.367)	(760)	(1.367)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	9	10.445	1.368	10.613	1.741
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(20.632)	(14.099)	(67.827)	(72.733)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos distribuídos	17	(8.530)	(3.580)	(8.530)	(3.580)
Juros sobre capital próprio	17	-	(7.144)	-	(7.144)
Pagamento de arrendamentos	15	(17.682)	(16.338)	(23.145)	(23.247)
Fornecedores risco sacado	12	5.027	8.332	6.208	9.691
Contratação de empréstimos e financiamentos		40.000	431.594	40.709	487.334
Amortização de empréstimos e financiamentos		(130.669)	(311.579)	(133.067)	(349.485)
Caixa líq. ger. pelas (usado nas) atividades de financiamento		(111.854)	101.285	(117.825)	113.569
Gerção líquida de caixa e equivalentes de caixa		(124.500)	153.599	(135.461)	152.236
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		202.791	49.192	214.303	62.067
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		78.291	202.791	78.842	214.303
Itens que não afetam o caixa: Aquisições de imobilizado e ativos biológicos, financiados por fornecedores (Notas 8 e 10)		-	-	(4.000)	(4.316)
Novos contr. de direito de uso IFRS 16/CPCO6 (R2) (Nota 11)		(18.344)	(26.808)	(25.382)	(47.081)
Baixa direito de uso IFRS 16/CPCO6 (R2) (Nota 11)		(35)	(2.757)	(80)	(6.914)
Depreciação do direito de uso de terras que integra o custo de formação do ativo biológico (Nota 10)		-	-	(3.337)	(3.263)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais - R\$)					
1. Contexto operacional: A Tanac S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Torbjorn Weibull, 199, Montenegro - RS, Brasil, e tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de: (a) taninos e seus derivados, com unidade industrial localizada junto à sede em Mont					

»» Continuação **TANAC S.A.** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)**

»» **5. Contas a receber:** A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos, duplicatas vendidas e de risco de não recebimento dos valores do contas a receber, considerando qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi concedido até o final do período. A Companhia analisa constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada. Na expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, se constitui a provisão para riscos de crédito, sendo registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Despesas operacionais com vendas", sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A movimentação na provisão para riscos de crédito de clientes é a que segue:

	Movimentação	
	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	(355)	(355)
Adições	-	(110)
Reversões/baixas	205	205
Em 31 de dezembro de 2022	(150)	(260)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prod. acabados e em elaboração	67.859	89.212	120.954	136.501
Matérias-primas e mat. secundários	37.384	23.163	37.384	23.163
Materiais de reposição	34.739	27.912	40.026	30.633
Provisão ao valor realiz. líquido	(1.902)	(3.852)	(1.902)	(3.852)
Total	138.080	136.435	196.462	186.445

A movimentação na provisão ao valor realizável líquido de estoques é a que segue:

	Movimentação	
	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	3.852	3.852
Constituições	1.902	1.902
Reversões/baixas	(3.852)	(3.852)
Em 31 de dezembro de 2022	1.902	1.902

9. Imobilizado: Movimentação do ativo imobilizado - Controladora

	Movimentação 2021			Movimentação 2022					
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Terrenos	4.894	-	-	-	4.894	-	-	-	4.894
Imóveis	99.098	203	-	2.925	102.226	17	(48)	1.418	103.613
Máquinas e equipamentos	200.646	1.817	(1.055)	2.901	204.309	1.897	(1.518)	10.965	215.653
Móveis e utensílios	4.994	476	(1)	169	5.536	1.010	(28)	84	6.604
Veículos	2.929	125	(1.108)	-	1.946	87	(190)	-	1.843
Beneficiárias em propriedade de terceiros	362	-	-	-	362	18	-	-	380
Imobilizações em andamento	14.377	11.479	(579)	(5.995)	19.282	27.289	-	(12.467)	34.104
Custo histórico corrigido	327.200	14.100	(2.743)	-	338.557	30.318	(1.784)	-	367.091
Imóveis	(26.770)	(3.542)	-	-	(30.312)	(3.671)	28	-	(33.955)
Máquinas e equipamentos	(100.501)	(15.808)	795	-	(115.514)	(16.481)	821	-	(131.174)
Móveis e utensílios	(3.085)	(547)	1	-	(3.631)	(606)	24	-	(4.213)
Veículos	(2.186)	(90)	785	-	(1.491)	(60)	100	-	(1.451)
Beneficiárias em propriedade de terceiros	(362)	(87)	-	-	(449)	(76)	-	-	(525)
(-) Depreciações acumuladas	(132.904)	(20.074)	1.581	-	(151.397)	(20.894)	973	-	(171.318)
Valor do imobilizado	194.296	(5.974)	(1.162)	-	187.160	9.424	(811)	-	195.773

Garantia: Em 31 de dezembro de 2022, imóveis permaneceram com valor contábil de R\$1.853 e estão hipotecados para garantir empréstimos bancários.

Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	Movimentação 2021			Movimentação 2022					
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Terrenos	61.089	1.375	-	52	62.516	1.810	-	-	64.326
Imóveis	101.889	339	-	2.910	105.138	104	(52)	1.555	106.745
Máquinas e equipamentos	233.275	7.503	(3.455)	2.901	240.224	2.233	(1.518)	12.254	253.193
Móveis e utensílios	5.260	644	(2)	169	6.071	1.327	(28)	84	7.454
Veículos	3.985	163	(1.257)	-	2.891	102	(396)	-	2.597
Beneficiárias em propriedade de terceiros	362	-	-	-	362	18	-	-	380
Imobilizações em andamento	14.413	12.006	(579)	(6.032)	19.808	28.270	-	(13.893)	34.185
Custo histórico corrigido	420.273	22.030	(5.293)	-	437.010	33.864	(1.994)	-	468.880
Imóveis	(28.606)	(3.667)	-	-	(32.273)	(3.815)	33	-	(36.055)
Máquinas e equipamentos	(123.800)	(18.116)	3.071	-	(138.825)	(19.404)	821	-	(157.508)
Móveis e utensílios	(3.343)	(594)	2	-	(3.935)	(720)	24	-	(4.631)
Veículos	(2.910)	(145)	900	-	(2.155)	(80)	212	-	(2.023)
Beneficiárias em propriedade de terceiros	(362)	(87)	-	-	(449)	(76)	-	-	(525)
(-) Depreciações acumuladas	(159.101)	(22.609)	3.973	-	(177.737)	(24.095)	1.090	-	(200.742)
Valor do imobilizado	261.172	(579)	(1.320)	-	259.273	9.769	(904)	-	268.138

Garantia: Em 31 de dezembro de 2022, imóveis da controladora permaneceram com valor contábil de R\$1.853 e propriedades rurais da controlada com valor contábil de R\$58.318 (R\$58.376 em 31 de dezembro de 2021) estão hipotecadas para garantir empréstimos bancários da controladora.

10. Ativos biológicos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.302	25	114.444	120.771
Aquisições	3.636	-	26.920	30.558
Ajuste à valor justo de ativos biológicos	815	-	18.360	19.175
Custos incorridos de pecuária/plantio	1.606	-	28.471	30.077
Direito de uso	-	-	3.263	3.263
Baixas/vendas	(2.421)	(2)	(31)	(2.454)
Depreciação/exaustão	-	(4)	(27.373)	(27.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.938	21	164.054	174.013
Circulante	9.938	-	164.054	164.075
Não circulante	-	21	-	9.938
Saldo inicial	9.938	21	164.054	174.013
Aquisições	5.176	-	19.583	25.051
Ajuste à valor justo de ativos biológicos	228	-	292	520
Custos incorridos de pecuária/plantio	2.932	-	27.926	30.858
Direito de uso	-	-	3.337	3.337
Baixas/vendas	(3.022)	-	(225)	(3.247)
Provisão para perda de florestas	-	-	(1.870)	(1.870)
Depreciação/exaustão	-	(3)	(35.474)	(35.477)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.252	18	177.623	193.185
Circulante	15.252	-	15.252	15.252
Não circulante	-	18	177.623	177.933

11. Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Descrições Vida útil/(anos)				
Terrenos	6 - 15	-	22.054	19.616
Imóveis	10	-	4.254	60
Veículos	2 - 3	743	1.212	1.458
Máquinas e equip.	1 - 3	13.531	15.077	13.531
Total	18.053	15.820	41.051	36.211

Movimentação do direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.820	-	36.211	-
(-) Novos contratos	18.344	-	25.382	-
(-) Baixa de direito de uso	(35)	-	(80)	-
(-) Depreciação	(16.076)	-	(20.462)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.053	-	41.051	-

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Na controladora e consolidado, o valor da depreciação considera:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação linear	16.076	15.165	17.125	17.813
Depreciação do direito de uso de terras que integra o custo de formação do ativo biológico	-	-	3.337	3.263
Depreciação total	16.076	15.165	20.462	21.076

No valor da depreciação linear temos R\$1.454 na controladora e no consolidado referente à parcela de PIS e COFINS recuperada sobre a depreciação remensurada.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
No país	57.323	50.487	60.704	55.042
No exterior	1.305	-	1.305	-
No país - risco sacado	24.929	19.902	40.649	34.441
Total	83.557	70.389	102.658	89.483

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional:				
Investimentos	355.471	-	355.471	-
Capital de giro	7.254	417.549	7.254	417.549
Linhas de crédito de exportação	69.677	69.677	69.677	69.677
Total	432.402	417.549	432.402	417.549
Moeda estrangeira:				
Investimentos	2.320	7.335	73.904	89.967
Linhas de crédito de exportação	51.549	119.645	51.549	119.645
Capital de giro	-	27.724	-	27.724
Total	53.869	154.704	125.453	237.336
Total	486.271	572.253	557.855	654.885
Passivo circulante	153.998	135.460	157.248	138.579
Passivo não circulante	332.273	436.793	400.607	516.306

Movimentação do empréstimo e financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencimento em 2023	153.998	135.460	157.248	138.579
Vencimento em 2024	103.263	150.107	109.975	152.392
Vencimento entre 2025 e 2035	229.010	286.686	290.632	363.914

Na controladora, os empréstimos e financiamentos possuem vencimentos de janeiro de 2023 até dezembro de 2027 e no consolidado, os empréstimos e financiamentos possuem vencimentos de janeiro de 2023 até julho de 2035. Em moeda nacional, os recursos contratados para investimentos possuem encargos máximos de 4,37% ao ano mais CDI, sendo garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens. Em moeda estrangeira (dólar - USD), os recursos contratados para investimentos possuem encargos máximos de 4,89% mais Libor e variação cambial e são garantidos por avais e alienação fiduciária dos bens. No dia 12 de agosto de 2021, a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. emitiu em nome da Tanac S.A o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, lastreado em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais em razão da compra de madeira e casca de madeira, quer em estado natural, quer tendo sido submetida ao processo de descascamento. O valor

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL (i)	2.368	1.664	2.368	1.664
PIS e COFINS (ii)	9.146	1.118	12.963	1.218
Créditos de imobilizado	5.782	4.504	5.782	4.505
ICMS	174	1.519	326	1.519
Ressarcimento Tributos (iii)	4.431	-	10.755	-
Outros	1.479	572	1.478	572
Total	23.380	9.377	33.672	9.478
Ativo circulante	17.968	5.091	28.260	5.192
Ativo não circulante	5.412	4.286	5.412	4.286

(i) Os créditos de IRPJ e CSLL se referem às antecipações destes tributos superiores ao valor devido apurado ao final do exercício. (ii) O PIS e COFINS se refere a créditos do regime não cumulativo, de acordo com as Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo. (iii) Refere-se aos créditos de impostos apurados em regime não cumulativo (PIS e COFINS) e IPI que foram alvo de pedido de ressarcimento junto a Receita Federal.

8. Investimentos: Informações sobre o patrimônio líquido e resultado de controlada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participação no capital	-	-	100%	100%
Valor do patrimônio líquido	-	-	212.600	195.211
Lucro líquido do exercício	-	-	17.973	15.634

Movimentação dos saldos: A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	31/12/2022		31/12/2021	
Valor no início do exercício	191.945	-	183.800	-
Equivalência patrimonial	-	-	17.973	15.634
Reversão de dividendos a receber	-	-	3.908	-
Constituição de dividendos a receber	-	-	(4.493)	(3.908)
Resultado não realizado nos estoques	-	-	4.294	(3.581)
Valor em 31 de dezembro de 2022	191.945	-	213.627	191.945

Investimentos em controlada

	31/12/2022		31/12/2021	
Outros investimentos	2	-	2	-
Total dos investimentos	2	-	2	-

Movimentação 2022

	31/12/2022			31/12/2021		
	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	-	-	-			

TANAC S.A.	»»» Continuação	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
<p>Aos Conselheiros, Diretoria e Acionistas da Tanac S.A. - Montenegro - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tanac S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 31 de março de 2023. ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - CRC-SP015199/F. ARTHUR RAMOS ARRUDA - Contador CRC-RS096102/O-0.</p>		

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL




BANRISUL SOLUÇÕES EM PAGAMENTOS S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
CNPJ/MF 92.934.215/0001-96
NIRE 43300056562
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamentos a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 25 de abril 2023, às 14 horas, na Sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul Rua Caldas Júnior, 108, 4º andar, em Porto Alegre – RS, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei nº 6.404/76;
4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
5. Eleger os membros do Conselho de Administração, observadas as disposições constantes do Art. 147 da Lei nº 6.404/76; e
6. Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivo e respectivo suplente, observadas as disposições constantes do Art. 162 da Lei nº 6.404/76.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) Excluir o parágrafo único do art. 1º, para exclusão de regras pertinentes a companhias abertas; (ii) Alterar o art. 5º para refletir o aumento do capital social da Companhia; (iii) Ajustar o parágrafo único do art. 5º para excluir referência à regulamentação aplicável às companhias abertas; (iv) Alterar a redação do caput do art. 10, excluir as alíneas "a" a "d", excluir alíneas "i" a "iv", e excluir os §§ 1º ao 6º, para melhoria redacional e inclusão de referência ampla às normas aplicáveis; (v) Inserir novo §1º referente a requisito de elegibilidade; (vi) Renumerar o §7º do art. 10, para §2º do mesmo artigo; (vii) Renumerar o §8º do art. 10, para §3º do mesmo artigo, e realizar ajuste redacional; (viii) Excluir o art. 11, as alíneas "a" a "m", e §§ 1º e 2º, relativos a requisitos de elegibilidade previstos de forma ampla no artigo anterior; (ix) Incluir novo §4º no artigo 12 renumerado, relativo à ausência ou impedimento temporário do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (x) Renumerar o §4º para §5º do art. 12 renumerado; (xi) Renumerar o §5º para §6º do art. 12 renumerado; (xii) Renumerar o §6º para §7º do art. 12 renumerado; (xiii) Excluir art. 14 relativo à regra não aplicável; (xiv) Incluir parágrafo único no artigo 13 renumerado, e alíneas "i" a "vii" referentes ao enquadramento como Conselheiro Independente; (xv) Excluir o §1º, §2º e alíneas "i" a "iv", §3º e alíneas "i" a "v" do art. 13 renumerado, relativos a assunto tratado no novo parágrafo único do mesmo artigo; (xvi) Excluir §4º do art. 13 renumerado, referente a regra não aplicável; (xvii) Excluir o parágrafo único do art. 18 renumerado, devido à extinção da Diretoria de Relação com Investidores; (xviii) Excluir alíneas "b" e "e" do art. 21 renumerado, relativas à representação da Companhia, tratada no novo art. 22; (xviii) Excluir o art. 24 referente às competências da extinta função de Diretor de Relações com Investidores; (xix) Incluir novo art. 22, relativo a regras de representação da Companhia; (xx) Incluir parágrafo único no novo art. 22, referente regra sobre os instrumentos de mandatos; (xxi) Renumerar o art. 25 para 23, e excluir sua alínea "ii", referente à representação da Companhia tratada no novo art. 22, renumerando a alínea "iii" para "ii"; (xxii) Excluir alínea "f" do art. 24 renumerado, para refletir prática da Empresa, renumerando as alíneas "g, h e i" para "f, g e h" respectivamente; (xxiii) Excluir art. 27, relativo à constituição de mandatários, tratada no novo art. 22; (xxiv) Renumerar o art. 29 para 26, e ajustar a redação para inserir o Comitê de Elegibilidade e Remuneração; (xxv) Excluir art. 33 e seu §1º, relativo à regra não aplicável; (xxvi) Realocar o §2º do art. 33, para §8º do art. 29 renumerado, e realizar ajuste redacional; (xxvii) Renumerar o art. 36 para 32, e realizar ajuste redacional; (xxviii) Renumerar o art. 37 para 33, e realizar ajuste redacional; (xxix) Ajustar o título do capítulo VII, para excluir referência a registro de companhia aberta; (xxx) Excluir art. 42, referente à regra não aplicável à companhia fechada; (xxxi) Excluir art. 43 e seus parágrafos, eis que a regra se aplicaria à OPA originalmente prevista no Art. 42; (xxxii) Renumerar o art. 44 para 38, e excluir disposições relativas a companhias abertas; (xxxiii) Excluir art. 50 com disposições relativas a registro de companhia aberta; e (xxxiv) em consequência das alterações propostas, renumerar os artigos 12 e 13, respectivamente para 11 e 12, os artigos 15 a 23, e 26, respectivamente para 13 a 21, e 24, os artigos 28, 30 a 32, respectivamente para 25, 27 a 29, os artigos 34, 35, 38 a 41, respectivamente para 30, 31, 34 a 37, e os artigos 45 a 49, respectivamente para 39 a 43.
2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamentos.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023.

Claudio Coutinho Mendes
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FUNDAÇÃO COMUNIDADE TANAC - CNPJ nº 91.359.703/0001-66					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 - (Em Reais)			Demonstração do Superávit e/ou Déficit		
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equiv. de caixa..	30.394,91	39.631,56	Contas a pagar.....	54.175,23	49.465,69
Empréstimos para associados.....	628,00	9.828,00		54.175,23	49.465,69
Convênios.....	77.744,53	71.015,30	Patrimônio Líquido		
	108.767,44	120.474,86	Patrimônio social.....	147.161,92	171.880,40
Não Circulante			Déficit do exercício.....	(16.416,96)	(24.718,48)
Imobilizado.....	76.152,75	76.152,75		130.744,96	147.161,92
	76.152,75	76.152,75	Total do Passivo e Patrimônio Líquido ...	184.920,19	196.627,61
Total do Ativo	184.920,19	196.627,61			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Patrimônio Social	Superávit e/ou Déficit	Total		
Em 31 de dezembro de 2020	88.053,25	83.827,15	171.880,40	Déficit do exercício	(16.416,96) (24.718,48)
Transferência para patrimônio	83.827,15	(83.827,15)	-	(Aumento) redução empréstimos a associados	9.200,00 11.026,67
Déficit do exercício de 2021	-	(24.718,48)	(24.718,48)	(Aumento) redução em convênios.....	(6.729,23) (2.439,22)
Em 31 de dezembro de 2021	171.880,40	(24.718,48)	147.161,92	Aumento (redução) em contas a pagar.....	4.709,54 (154,26)
Transferência para patrimônio	(24.718,48)	24.718,48	-	Caixa liq. (usado) nas atividades operacionais ..	(9.236,65) (16.285,29)
Déficit do exercício de 2022	-	(16.416,96)	(16.416,96)	Redução de caixa e equivalentes de caixa	(9.236,65) (16.285,29)
Em 31 de dezembro de 2022	147.161,92	(16.416,96)	130.744,96	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.631,56 55.916,85
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do período....	30.394,91 39.631,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 - (Em Reais)

- Contexto operacional:** A Fundação Comunidade Tanac, é uma associação civil de direito privado, de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, com sede em Montenegro-RS, na rua Torbjorn Weibull, nº 199, tendo como finalidade prestar assistência social, material, recreativa e cultural aos empregados, seus familiares e dependentes, da empresa Tanac S.A., suas subsidiárias e controladas, além de atender a outros campos assistenciais e filantrópicos visando o progresso, harmonia e bem-estar coletivos.
- Apresentação das demonstrações contábeis:** Foram elaboradas obedecendo às Leis 6.404/76 e 11.638/2007 e disposições complementares instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações:
 - As receitas e despesas da entidade foram registradas e reconhecidas pelo regime de competência.
 - As disponibilidades são depósitos bancários, reconhecidos ao custo.
 - Os bens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição ou construção, não sendo corrigidos monetariamente, conforme legislação em vigor.
- O passivo circulante demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis na data do balanço. e) O patrimônio social é composto pelos superávits, diminuídos dos déficits, apurados anualmente, desde a constituição da entidade.
- Receitas operacionais:** Provenientes de doações da mantenedora, mensalidades de associados e de rendas patrimoniais, aplicadas integralmente nas finalidades institucionais da fundação.
- Composição das despesas com atividades desenvolvidas:**

	2022	2021
Despesas com assistência social.....	141.674,70	111.698,69
Despesas com manutenção patrimonial	3.228,40	50.439,12
Culturais de caráter tradicionalista	-	(477,00)
Auxílios e subsídios educacionais.....	7.323,42	5.367,78
Incentivo práticas esportivas	-	5.280,00
Despesas administrativas.....	574,49	5.295,75
	152.801,01	177.604,34

José Ricardo e Souza - Presidente João Marcus Von Muhlen - Contador - CRC/RS 086.258/O-7
 Parecer do Conselho Fiscal
 Os membros do Conselho Fiscal, com base nas disposições estatutárias da Fundação, após exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral. Montenegro, 31 de março de 2023.
 Marconi André da Silva Rosani Rosa da Silva Cássia Catiele Grosz

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

O Prefeito do Município de São José do Ouro - RS, no uso das suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO: **TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2023**: Dia 05 de maio de 2023, às 9:00 horas, horário de Brasília/DF, junto ao Centro Administrativo Municipal, no Setor de Licitações, se reunirá a Comissão de Licitações com a finalidade de receber as propostas para contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global, de pavimentação asfáltica CBUQ em trechos das ruas João Giacometti, Victorio Baggio, Manuel Teles de Miranda, 10 de Setembro, Roni Sergio Cirino Dos Santos e Assis Bernardon, em São José do Ouro, com recursos do FINISA da Caixa Econômica Federal, nos termos do Contrato Nº 0609903-28, conforme projeto de engenharia e anexos do edital. Cadastramento das empresas até dia 02 de maio de 2023. Edital no site: <http://www.saojosedoouro.rs.gov.br/editais>. Informações: (54) 3352-4516. Em 14 de abril de 2023. Antonio José Bianchin – Prefeito Municipal